

ORGANIZADORES:

Celeida M. Celentano Laporta

Paola Cantarini

Willis Santiago Guerra Filho



DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: FUNDAMENTOS

Vol. 3 - DESAFIOS E IMPACTOS SOCIAIS

Aicha de Andrade Quintero Eroud
Alexandre Dimitri Moreira de Medeiros
Caio Sperandeo de Macedo
Carlos L Rischioto
Celeida M. Celentano Laporta
Coriolano Aurélio de Almeida
Camargo Santos
Emmanuel R. Goffi
Fernanda Viero da Silva
Germano Schwartz

Henrique Munhoz Burgel Ramidoff
Juliana Abrusio
Luciana Sabbatine Neves
Makely Garcia S. Ponso
Mateus de Oliveira Fornasier
Paola Cantarini
Samuel Rodrigues de Oliveira
Thiago Felipe S. Avanci
Willis S. Guerra Filho
Wilson Furtado Roberto

Prefaciado pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça Ricardo Villas Bôas Cueva

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2022

34:004.8

059de

v.3

Copyright © 2022 by Celeida M. Celentano Laporta
Paola Cantarini
Willis Santiago Guerra Filho

Categoria: Acesso à Justiça

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini
Capa: B2B Agency

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1219587

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D598

Direito e inteligência artificial : fundamentos : vol. 3 – desafios e impac-
tos sociais / organizadores: Celeida M. Celentano Laporta, Paola Cantarini,
Willis Santiago Guerra Filho. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2022.
228 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-1889-0

1. Tecnologia e direito. 2. Inteligência artificial. 3. Direitos funda-
mentais. 4. Direitos humanos. 5. Ética. I. Laporta, Celeida M. Celentano.
II. Cantarini, Paola. III. Guerra Filho, Willis Santiago.

CDD 344.81095

SUPERIOR TRIBUNAL DA JUSTIÇA	
BIBLIOTECA M. OSCAR DE SA RIVA	
Nº	DATA
1219587	10/10/22

Carvalcante da Silva CRB-8/010483

Prefácio

Ricardo Villas Bôas Cueva

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

O tema do regramento da inteligência artificial (IA) vem instigando o mundo jurídico, já há muitas décadas, e provocando argutos questionamentos quanto à real capacidade do Direito de regular objeto tão complexo e em permanente e vertiginosa transformação.

O desafio é tanto maior quando se percebe que a própria compreensão do que designamos como IA parece expandir-se indefinidamente conforme vamos avançando na identificação daquilo que seja próprio do homem, em contraste com os problemas que podem ser resolvidos por máquinas.

A enorme gama de temas hoje alcançados pela inteligência artificial tem retrato fiel nesta oportuna obra “DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: FUNDAMENTOS, Volume 3 - DESAFIOS E IMPACTOS SOCIAIS”, organizada pelos Professores Willis S. Guerra Filho, Celeida Maria Celentano Laporta e Paola Cantarini.

Aqui o leitor encontrará lúcidas análises das dificuldades implícitas na difícil tarefa de disciplinar juridicamente a IA, a começar pelo detido exame da recente proposta da Comissão Europeia de regulação sobre o desenvolvimento e a utilização da IA (Regulação 2021/006). Além disso, há estudos a respeito de importantes recortes dos direitos fundamentais quanto à operação da inteligência artificial; implicações éticas da ação da IA; significativos desafios regulatórios do tema em interações com as *lawtechs* e *legaltechs*; anomia quanto à regulação do uso de redes telemáticas pelos movimentos sociais; debates éticos acerca da complexa relação homem-máquina na tecnosexualidade, entre outros.

Com muita acuidade, este trabalho coletivo, escrito por autores do Brasil e do exterior, com originalidade e percuciência, navega por temas tão complexos quanto a principiologia do reconhecimento da proteção de dados como direito fundamental e os desdobramentos deste entendimento no que se refere à ponderação necessária à resolução de potencial colisão entre normas de di-

reitos fundamentais, tais como a liberdade de expressão e de informação, e a tutela da privacidade em observância ao segredo industrial de programas de computador e algoritmos de IA.

Especificam-se, no presente livro, novas construções jurídicas, como a noção de dignidade da pessoa humana digital. Dignidade essa que abarca o ser humano em suas relações no universo digital em que inexistem pessoas físicas no sentido material, mas, sim, extensões da personificação constituídas pelos dados pessoais e que, ao cabo, consistem em pessoas digitais.

Ademais, analisa-se a eficácia de abordagem multiculturalista para a experiência da IA, em estreita relação com o respeito aos direitos fundamentais e à ética. Também nessa linha, há cuidadosas reflexões acerca dos vieses encontrados no comportamento da IA que demandam, para sua mitigação e controle, algoritmos e modelos transparentes, explanatórios e auditáveis.

Seguindo a constatação da necessidade de modelos de algoritmos transparentes e de fácil explicabilidade, aborda-se, ainda, o relevante problema do vácuo normativo brasileiro quanto à regulação da IA também no âmbito dos processos de automação e sugestão de decisão na prestação jurisdicional.

Como se constata a toda evidência, esta audaciosa obra coletiva, admirável não só pela amplitude dos temas tratados, mas também pela sua profundidade, será bibliografia obrigatória para a compreensão do fenômeno das intersecções entre Direito e Inteligência Artificial.

Brasília, 29 de novembro de 2021